

FACULDADE DA CIDADE DE MACEIÓ

ALDIRLÂINE DA CONCEIÇÃO LINS

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EJA

Maceió - AL
2017

ALDIRLÂINE DA CONCEIÇÃO LINS

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EJA

Artigo Científico apresentado como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA.

Orientadora: Professora Mestre Eliane S. A. Correia



FACULDADE DA CIDADE DE MACEIÓ- FACIMA
CURSO DE PEDAGOGIA
2017

ALDIRLÂINE DA CONCEIÇÃO LINS

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EJA

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia da Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador(a): *Eliane Silva Araújo Correia*

Artigo Científico defendido e aprovado em *21/08 / 2017*.

Comissão Examinadora

Eliane Silva Araújo Correia

Examinador/a 1 – Presidente

Maysa Araújo Correia Souza

Examinador/a 2

Examinador/a 3

MACEIÓ-AL
2017

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EJA

Aldilaine da Conceição Lins¹
lainephn6@hotmail.com

Eliane Silva Araújo Correia²
elianecorreia@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir o processo de formação do professor da EJA, ofertada pelas Instituições de Ensino. Fundamenta-se nos seguintes autores: Freire (2003), Moura(2005), Soares(2006), entre outros. Os resultados mostram que o quadro educacional, em relação as formações, seja ela inicial ou contínua, evoluíram, porém, necessita de uma avaliação permanente, para que desse modo garanta uma efetivação das ações pertinentes à realidade dos educadores. Conclui-se que tal processo está interligado a um contexto histórico rudimentar, onde gera consequências em nossa educação vigente, necessitado de uma reflexão permanente do ato educativo, repensando uma organização escolar que contemple uma socialização dos processos educacionais, resultando em uma ação consciente.

PALAVRAS-CHAVE :Educação de Jovens e Adultos. Formação de Professores.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema desse estudo surgiu a partir de uma experiência familiar, quando minha mãe passou a frequentar a sala de aula da Educação de Jovens e Adultos, percebendo assim a necessidade de um planejamento, de novas didáticas e de novas metodologias para trabalhar com os alunos deste segmento, além de programas do governo voltados para um melhor desempenho destes professores nesta área.

A partir deste olhar e desta reflexão, foi possível um estudo mais aprofundado para entender de forma mais crítica e real as carências, as possibilidades, os objetivos e os pontos positivos e negativos que ainda permeiam a Educação de Jovens e Adultos.

A formação inicial para professores da EJA, baseia-se no ato do fazer pedagógico em que tais iniciativas possuem caráter discursivo garantido a

¹Graduanda em Pedagogia pela Faculdade da Cidade de Maceió- FACIMA.

²Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Possui graduação em Pedagogia e atua como professora da Faculdade da Cidade de Maceió- FACIMA.

compreensão da prática docente, levando-nos a questionar nossa ação educativa. Estes fatores são de fundamental importância para o educador desta modalidade, pois são neles que repensamos o lado profissional, possibilitando o real significado destes encontros e levando o aluno a ter prazer em frequentar uma sala de aula.

Portanto, esse estudo busca refletir sobre a prática do professor de EJA de forma crítica e questionadora, verificando as causas e motivos que possibilitam uma não efetivação permanente desta ação, garantindo aos educadores um novo olhar acerca desses processos.

Desse modo, para fundamentar o nosso trabalho utilizamos como referência: Freire (2003), que apresenta em sua obra a questão estrutural e pedagógica da Educação dos Jovens e Adultos. Além de tomarmos como referência as ideias de Moura (2005), abordando a situação da formação dos educadores em EJA, sendo ela inicial ou contínua entre outros.

O primeiro tópico traz uma sucinta abordagem histórica da EJA para que possamos entender o processo educativo em cada época, compreendendo assim, o surgimento de tais iniciativas. No segundo tópico é discutido a formação inicial do professor da EJA e o terceiro tópico trata dos requisitos necessários ao professor da EJA.

Nesse sentido, em virtude dos aspectos citados, contemplou-se nesta obra a criação de dois tópicos, onde o primeiro apresenta de forma sistemática o contexto histórico da EJA, além da abordagem acerca dos processos de formação inicial e permanente, levando-nos a uma reflexão crítica, baseada na avaliação contínua da ação em questão, verificando a caracterização das formações proporcionadas pelas instituições de ensino, seja ela inicial ou contínua, garantindo assim, uma efetivação da ação. No segundo tópico, tomando como base as falas e pensamentos dos educadores, em relação da necessidade da ampliação de conhecimentos práticos e de uma nova estrutura que contemple uma ação contextualizada, é abordado a atuação do professor dentro desta modalidade.

Sendo assim, esperamos que este artigo possa possibilitar uma análise crítica acerca dessas formações, levando-nos a repensar a prática educativa, como um instrumento de fortalecimento das classes sociais, que ainda anseiam por uma educação igualitária, principalmente a estes educadores que compõem o quadro da EJA em nosso Estado. Gadotti (1995) enfatiza em seus estudos que o analfabetismo

é a expressão da pobreza, resultado de uma estrutura social injusta. É necessário combater as causas dessa injustiça.

1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos, em meados da década de 1930, possui características marcantes no seu contexto social, esta educação emerge de punho formal, caracterizando-a como uma educação regulamentada, porém, ainda arraigada a marginalização da sociedade em virtude de a mesma atender a uma clientela excludente pertencente à camada popular da sociedade.

Vale salientar que essa mesma educação chega de forma imposta no período da colonização, por volta de 1500, quando os portugueses invadem as terras, hoje conhecidas como Brasil, para dominá-las de forma brusca inserindo o conhecimento português no espaço indígena, tendo como educadores da época os padres jesuítas, liderados por José de Anchieta, padre pertencente à mesma congregação religiosa. Estes tinham como objetivo fazer com que os índios absorvessem a cultura portuguesa, ocasionando o esquecimento de suas raízes, atitude esta utilizada para facilitar a dominação do espaço em questão.

A educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa (MOURA, 2003, p.26).

Sendo assim, é bem verdade afirmar que a forma de imposição de tal fator educativo fez com que tais aspectos citados acima trouxessem, ao longo da história, um processo educacional contraditório ao que hoje pregamos, pois naquele determinado momento a educação era utilizada como meio de repressão ou aceitação, recursos estes que ainda perpassam em nossa educação vigente, como aponta Moura:

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo Marquês de Pombal toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço

na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior. (MOURA, 2003, p.27)

Neste sentido, este relato nos possibilita entender a omissão de uma cultura, ou seja, saber, em favor de outra que possuía objetivos econômicos e de punho social, resultando na não valorização do saber do próximo, caracterizando, naquele período, uma educação estática, sem diálogo, ocasionando em um processo educacional compensatório.

Desta forma, retornamos a 1930, quando a educação de adultos inicia seu processo de reconhecimento e regulamentação, pois é nesse período que surgem as campanhas nacionais contra o analfabetismo, campanhas estas que possuíam características compensatórias, como se o país tivesse uma dívida a ser paga a estes adultos, que em sua infância não tiveram oportunidades de estudar, sendo o governo pensando em fins políticos criava tais programas formulando uma imagem positiva de seu período governamentista.

Tais iniciativas partidárias tinham simplesmente o objetivo de tornar aqueles adultos analfabetos funcionais para que assim, de forma externa, o governo estivesse cumprindo com seu papel. Tais práticas educativas não possuíam caráter crítico e sim de absorção, ou seja, depósito de informações ao aluno tábula rasa, como era considerado.

Porém, nesta época tínhamos profissionais de educação conhecedores das práticas Freireanas. Desta forma, estes educadores que eram poucos, desenvolviam um trabalho significativo, no que diz respeito à contextualização do ensino como cita Freire em uma de suas obras: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (1996, p.11).

Tal afirmação nos apresenta uma nova versão do fazer pedagógico, levando-nos a refletir sobre a prática realizada pelos educadores em função de garantir uma aprendizagem de qualidade aos educandos.

Na década de 40, houve a influência de Freire, ao trazer para o campo educativo suas ideias e criticidade na ação pedagógica, fazendo com que os educadores da área diversificassem seus métodos pedagógicos considerando a compreensão do mundo. Tais ideias foram de encontro ao governo da época, pois o mesmo possuía caráter militar e ações repressivas, contrapondo com a forma Freireana de ensinar, ocasionando a não utilização de tais recursos. Porém, em

algumas instituições, de forma cautelosa, pregava-se as referidas concepções de educação, inovando as práticas pedagógicas e repassando um novo olhar para a educação. Como escreveu Freire, “Agora já não é possível texto sem contexto”, e completa:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra. (FREIRE, 2003, p. 19)

Paulo Freire trouxe uma grande contribuição a Educação de Jovens e Adultos por meio de seus trabalhos realizados com a educação popular, utilizando uma prática de alfabetização que alcançava a todos que tinham o desejo de aprender.

Por meio da Lei 5379/67, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF, cujo objetivo era erradicar o analfabetismo, permitindo que jovens e adultos tivessem a oportunidade de serem alfabetizados. Era exigido que todo jovem que fosse se alistar, fosse ser alfabetizado. E assim, o MOBRAF proporcionou um grande movimento social, por incentivar as pessoas a serem alfabetizadores mesmo sem ter experiência, era necessário apenas saber ler e escrever.

Por questões políticas, em 1985 o MOBRAF foi extinto, sendo substituído por outro Programa, com novas propostas de alfabetização. E como argumenta Gadotti e Romão (2000): Com a “redemocratização” a “Nova República”, sem consultar os seus 300 educadores extingue o MOBRAF e cria a Fundação Educar. E mais uma vez o trabalho com Alfabetização de Jovens e Adultos é rompido. Vale salientar que a Fundação Educar não tinha os recursos necessários para o bom desenvolvimento da alfabetização.

Em 1988, a Constituição Federal garante a Educação de Jovens e Adultos:

Art. 208: O dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria [...]

Art. 214: A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à;

I – erradicação do analfabetismo [...](BRASIL1988)

Apesar de ser uma determinação legal, a Educação de Jovens e Adultos continuou sem oferecer a qualidade necessária aos adultos que não puderam comparecer a escola na idade regular.

De acordo com Farias (2006), na década de 90 a Fundação Educar é extinta e mais uma vez percebe-se a falta de interesse político pela alfabetização de adultos e o governo Federal responsabilizou os Municípios por essa educação. Só em 1995, surge o Programa de Alfabetização Solidária e o Programa Supletivo. E assim, a EJA continua sem a atenção necessária por parte dos governantes.

Por meio da terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/96, que reafirma o direito a educação é que a EJA passa a ser considerada uma modalidade de ensino:

Art. 37: A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38: Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996)

Em 2002, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, que veio dar continuidade ao trabalho com jovens e adultos. Diante dos fatos apresentados, a sociedade pensando no fortalecimento da classe, uniu forças para discutir ações no campo da EJA, sendo assim, são criados Fóruns Permanentes de EJA, no intuito de possibilitar a análise de ações pertinentes ao processo pedagógico. Tais encontros aconteciam em todo mundo a cada 12 anos, os mesmos perseveraram na busca de uma educação de qualidade, respeitando a criticidade dos educandos desta modalidade, possibilitando uma ação consciente no espaço social.

Considerando assim, estas iniciativas, as Instituições de Ensino repensam a EJA e junto a ela uma proposta de formação continuada que contemple ações coerentes, pois como vimos no contexto histórico, os educadores dessa modalidade não possuíam sequer a formação mínima de escolarização, agravando-se principalmente no interior das cidades, onde nestes a educação era escassa, tendo como alfabetizador alguém que possuía até a antiga 4ª série primária. Deste modo, os defensores dessa modalidade, preocupados com esta situação, começam a cobrar do governo ações que garantam a formação inicial de tais alfabetizadores, para que assim os mesmos pudessem atuar de forma coerente com seus

educandos, garantindo uma educação contínua tanto para o professor quanto para o aluno.

Sendo assim, no próximo tópico, será discutido a importância destes processos de formação, garantindo o fortalecimento da classe no ato da ação pedagógica, desmistificando o contexto histórico anterior, que pregava uma educação compensatória, antagônicas às ideias de Paulo Freire.

2 A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DA EJA

A formação inicial é o princípio para que o educador compreenda sua ação pedagógica, dela desencadeia-se uma série de questões para que o mesmo compreenda tal prática, é nela que o educador se fortalece para atuar de forma participativa e interativa. Pois, é este momento em que o educador começa a criar seus conceitos e a formular uma visão acerca do espaço educativo, caracterizando-a como etapa base do desenvolvimento educacional.

Considerando tais afirmações, vale salientar que tipo de formação era ofertada a estes profissionais, pois tal prática, seja ela inovadora ou rudimentar, refletia posteriormente em suas ações, no que diz respeito à prática educativa.

É bem verdade que as antigas ações de educadores passados, baseavam-se em uma educação calcada na transmissão, meio este utilizado pelos profissionais para que seus alunos absorvessem tais conteúdos pertinentes à organização curricular. Tal atitude era o reflexo de uma educação repressiva e tradicional, não oportunizando aos educandos a liberdade de expressão acerca da problemática em questão levando-nos a crer em uma formação inicial contraditória, ou seja, calcada em uma ação de submissão, não existindo diálogo entre os educandos, resultando em professores antagônicos a uma prática discursiva.

Como sabemos, a formação inicial deve ser trabalhada de forma sistemática para que o futuro educador realize um trabalho coerente à sua profissionalização, construindo em si uma identidade fortalecida, valorizando assim sua práxis além de seu campo de atuação, tais fatores possibilitarão uma ação subversiva, no que diz respeito a uma educação participativa.

Esta formação tem por objetivo despertar no futuro educador o sentido de responsabilidade, responsabilidade esta que implica em uma ação crítica e discursiva, oportunizando ao seu educando um agir diferente em seu meio social.

Cabe ao professor, estimular esses alunos a reconhecerem na educação a ponte para a liberdade, para seu desenvolvimento intelectual perante a sociedade. O educador deve obter recursos didáticos adequados a realidade desses educandos, utilizando suas práxis, que para Paulo Freire era entendida como “ação + reflexão” (GADOTTI, 2006, p.48).

Gadotti enfatiza que para ser professor é necessário buscar recursos didáticos e desenvolver habilidades para alcançar os educandos. Ampliar seus conhecimentos, conhecer a melhor forma de desenvolver a alfabetização de modo que traga motivação para a sala de aula de modo que os próprios alunos procurem encontrar a liberdade e sintam-se participantes da sociedade.

Sendo assim, Costa (2005, p.7) afirma que o “educador tradicional não tem condições de assumir uma prática educativa intimamente inserida na prática política e participante do processo de desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores”. Ou seja, o educador possuidor de uma formação inicial arcaica, deve estar sempre buscando novos conhecimentos para que desta forma o mesmo possa desmistificar esta ação rudimentar presente nos espaços sociais, ofertando ao seu educando um conhecimento que proporcione o pensar diferente, porém coerente com sua prática social.

Desta forma, formação inicial é a base para sustentar a ação pedagógica, base esta que precisa ser ampliada cada vez mais, para que deste modo o educador possa diversificar a sua prática, proporcionando uma práxis efetiva que possibilite uma reflexão baseada na ação.

A formação inicial é a primeira etapa do processo de formação a ser desenvolvido com um grupo que atua ou pretende atuar na educação de jovens e adultos. Geralmente, os participantes de cada grupo costumam apresentar grande heterogeneidade, tanto na experiência quanto nas suas histórias e expectativas. (Soares, 2006, p. 94)

Portanto, é importante que esta formação, acima de tudo, necessite de uma avaliação permanente, para que assim, possamos verificar não a sua insuficiência, mas a sua estrutura pedagógica e social, diante das transformações ocorridas no mundo em que vivemos.

3 REQUISITOS NECESSÁRIOS AO PROFESSOR DA EJA.

Iniciemos este momento considerando o seguinte pensamento:

Como qualquer profissional, ou como qualquer trabalhador, os docentes encontram-se com a inevitável evolução constante seja do que ensinam {...} seja de como ensinam {...} Como todo grupo profissional, o dos docentes se vê necessitado e empurrado para uma adaptação permanente. (ENGUITA, 1998, p. 23-24)

Muitos educadores deste campo são vistos e criticados como acomodados por tornar uma ação eficaz e imediata, além de terem as limitações de recursos destinados à área, dificultado as inovações pedagógicas e a diversificação de materiais que possibilitem a construção de novos conhecimentos.

Mas muitos profissionais preocupam-se em desenvolver uma educação emancipatória que liberte o aluno de conceitos e paradigmas já estipulados pela sociedade, de forma que ele seja um cidadão participativo no seu meio social. Uns de forma mais expressiva e debatedora e outros de forma mais simples, mas que compreendendo o contexto vivido.

O conhecimento na ação, ou o conhecimento tácito, seria aquele constituído na prática cotidiana do exercício profissional. Concebemos que esse é um saber que se constrói com base nos conhecimentos prévios de formação inicial, articulado com os saberes gerados na prática cotidiana, de forma assistemática e muitas vezes sem tomada de consciência acerca dos modos de construção. Para um projeto de formação numa base reflexiva, torna-se fundamental conhecer e valorizar esses conhecimentos que são constituídos pelos professores, seja através de uma reflexão teórica, seja através desses processos eminentemente assistemáticos. (LEAL, 2005, p.114)

Conhecer o contexto em que seu aluno está inserido, bem como conhecer as diversas metodologias e didáticas para trabalhar com esses alunos, fará toda diferença no processo de ensino aprendizagem. Segundo Freire (2001) “Ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria criação ou produção”, pois conhecer é conceber significado e isso requer diálogo e envolvimento dos educandos em discussões mais amplas, Freire fala ainda que a relação professor/aluno se dá através do diálogo, “para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autentico dialogo”. Ele mostra assim a necessidade de reflexão

crítica sobre a prática docente na educação de jovens e adultos, completando que não há docência sem discência.

É preciso refletir que tipo de formação contínua deve-se ofertar aos educadores para que os mesmos possam atuar de forma dinâmica, baseada na criticidade e na participação permanente, além de considerar todo contexto do indivíduo envolvido no processo educativo.

O processo de formação continuada se dá numa perspectiva de mudança ou inovação de uma prática já existente, tendo como objetivo a reflexão da ação pedagógica, além da socialização e experiências vividas no âmbito educativa, caracterizando-a como um ato permanente em busca de um conhecimento dinâmico e flexível, respeito às especificidades dos educadores pertencentes a sua rede de atuação.

A maneira mais rápida e eficaz de melhorar a capacidade profissional dos professores é realizar programas especiais de capacitação docente, de fácil acesso, associados a adequado esquema de incentivos. Um bom exemplo seria um programa de educação à distância combinado com serviços de assessoria profissional, como parte de um plano de estudos que leve à obtenção de certificado profissional. (CEPAL/UNESCO, 1995, p. 259)

É na formação contínua que refazemos a prática, garantindo uma aprendizagem significativa aos educandos das distintas redes de ensino. Porém, o que temos hoje, em muitos casos, é a ausência de políticas públicas que contemplem uma formação permanente garantindo um subsídio posterior à formação inicial, complementando os conhecimentos adquiridos nessa.

Esta situação agrava-se mais ainda nas formações ofertadas aos educadores da EJA, que são poucos, ou seja, a insuficiência de tais momentos gera descontentamento à modalidade, tornando o momento de aprendizado em algo insatisfatório, resultando um maior acúmulo de dúvidas acerca da área em questão, o que ocasiona uma ação educativa incoerente à realidade vivida pelo sujeito da EJA, levando às vezes, a infantilização da prática docente.

O distanciamento de tais ações resulta em um trabalho alheio à realidade do espaço escolar, momentos improdutivos, descaracterizando os objetivos destes encontros, pois o trabalho *in loco* surte efeito, a partir de quando discutimos realmente a problemática que circunda a Unidade de Ensino, para que assim, sejam tomadas atitudes cabíveis aos fatos apresentados, ou seja, discussão dos fatores

que interferem no desenvolvimento da prática educativa, além de demonstrar trabalhos que deram certo em outras escolas da rede, ocasionando momentos de socialização permanente.

A formação continuada surge para suprir uma carência ainda presente na ação dos educadores, ação esta que necessita de um repensar crítico, tornando tal ato como período de reflexão. É nesta perspectiva que as diversas instituições avaliam suas formações, no intuito de possibilitar uma melhor relação teoria-prática.

Enfim, todo este processo relatado, está interligado a fatores históricos que permeiam ainda hoje nossa sociedade, fruto de uma educação compensatória que de certo modo, ignorava o conhecimento oriundo do educando. Formação esta que deixava lacunas na construção do conhecimento, resultando em ideias antagônicas ao real sentido de uma formação permanente, garantido a qualidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando à conclusão da referida obra, vale salientar a importância de tais processos na vida do educador, baseando-se no contexto histórico, item este que nos apresenta posteriores consequências, ocorridas no cenário educacional da época. Consequências estas que resultou em um processo de formação inicial insuficiente à uma prática docente significativa, ocasionando a caracterização das formações continuadas como fonte de complementação e contribuição à prática.

Tal discussão nos leva a refletir uma ação contínua que garanta ao educador uma contextualização do seu fazer pedagógico, tendo como ponto de partida, as ideias Freireanas, baseadas na construção de um diálogo permanente, garantindo ao educando liberdade de expressão consciente, tornando sua prática momentos de socialização possibilitando uma melhor compreensão da realidade vivida.

Pensar o processo de formação, seja ela inicial ou contínua, é pensar em ações que contemplem a discussão possibilitando a inovação de seus conhecimentos, e o debate acerca do espaço escolar, espaço este que modifica a todo instante diante das transformações ocorridas no contexto social.

Sendo assim, em virtudes de tais acontecimentos, as unidades de ensino visam à ampliação de seu atendimento à comunidade, necessitando de uma ação

permanente de formação, contemplando dessa forma práticas educacionais vigentes.

Enfim, tal obra nos leva a formular os seguintes questionamentos: que tipos de formação as unidades de ensino devem promover para atender os anseios de seus educadores? Será que os educadores da EJA estão suficientemente preparados para atender a estes educandos? Que tipo de formação oferta para os professores desta modalidade? Tais observações nos mostram a real situação dos educadores dessa modalidade, levando-nos a crer em uma formação insuficiente, descaracterizando a ação pedagógica desses professores, resultando em uma prática alheia, ausente de uma contextualização vivida pelo educando, arraigadas em metodologias ultrapassadas, possuindo caráter de absorção.

Entretanto, as seguintes indagações remetem-nos a uma reflexão profunda de nossas ações, caracterizando a prática docente como processo de avaliação permanente.

Concluimos que uma educação de qualidade, com as formações adequadas para o profissional da área, possibilita ao sujeito jovem e adulto desenvolver seu potencial, suas habilidades e suas competências adquiridas dentro da sua própria realidade de vida. É muito importante esta qualificação, para todos os profissionais docentes para trabalhar com a EJA, assim os jovens e adultos terão seus direitos com esta modalidade de ensino que irá ajudá-las a superar suas dificuldades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em: 10 junho. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, DF: 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em: 10 junho. 2017..

CEPAL. UNESCO. – Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. – Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

COSTA, Maria Silva. **A formação continuada de professores (as). Concepções e “Modelos”**. IN: MOURA, Tania Maria de Melo (Org). A formação de professores (as) para a educação de jovens e adultos em questão. Maceio, AL: Edufal, 2005.

ENGUITA, M. **O magistério em uma sociedade em mudança. In: VEIGA, I.P.A.(Org.). Caminhos da profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus, 1998.

FARIAS, Adriana Medeiros. Alfabetização e educação popular no contexto das políticas públicas. In: Simpósio Estadual de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, 1., 2006, Pinhão. Anais. Curitiba: SEED/PR, 2006.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. In_____ Col. Polêmicas do Nosso tempo, Editora Cortez, São Paulo, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. 44.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, M.L.Q. MOURA, T.M de M. **Educação de Jovens e Adultos: guia de estudo**, Maceió, Nead, 2002.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E. **Educação de Jovens e Adultos; Teoria, Prática e Proposta**. 3ª Edição, Coleção Guia da Escola Cidadã – Instituto Paulo Freire – Editora Cortez. 1995.

GALVÃO.A.M.O.; SOARES, L.J.G. **Alfabetização de Jovens e Adultos em uma perspectiva de letramento**.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José Eustáquio. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 2. ed. rev. São Paulo/SP: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

_____. **Educação de jovens e Adultos: correntes e tendências.** In: Gadotti, Moacir e Romão, José Eustáquio. (Orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

LEAL, Telma Ferras. **Desafios da educação de Jovens e Adultos: construindo práticas de alfabetização/** Telma Ferraz Leal; Eliana Borges Correia de Albuquerque (org.) – 1ª ed.; 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MOURA, Tania Maria de Melo; **A Prática pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vigotsky.** 2ª Edição, Editora IBEP. 2003

MOURA, Tania Maria de Melo; **A Formação de Professores para EJA: Dilemas atuais.** 6ª Edição; Belo Horizonte. Ed. Autentica – 2007, coleção Estudos em EJA.

MOURA.T.M de M (Org.). **A Formação de Professores(as) Para a Educação de Jovens e Adultos em Questão.** Maceió: Edufal, 2005.

SOARES, Leôncio **Formação de Educadores de Jovens e Adultos** / organizado por Leôncio Soares . — Belo Horizonte : Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.